

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Emenda de Redação ao Projeto de Lei Complementar nº 144/2023, de autoria do **PODER EXECUTIVO**, conforme arts. 149, parágrafo único e 165 todos da Resolução nº 554/2010. No qual, altera-se a numeração posta aos artigos do Projeto de Lei Complementar ora em discussão, para evitar repetição numeral. Apresenta-se quadro, no qual demonstra-se como é o PCL sem a emenda e como ficará após a emenda:

Projeto de Lei Complementar nº 144/2023 Sem EMENDA REDACIONAL	Projeto de Lei Complementar nº 144/2023 Com EMENDA REDACIONAL
<p>Art. 1º Fica criado o artigo 93-A na Lei Complementar nº 015, de 05 de janeiro de 2009, que passa a vigorar com o seguinte acréscimo:</p> <p>“Art. 93-A As condições de parcelamento mencionadas no artigo anterior não se aplicam ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) que poderá ter parcelas mensais e sucessivas limitando-se ao máximo 60 (sessenta) meses.” (AC).</p> <p>Art. 1º O Artigo 97 da Lei Complementar nº 015, de 05 de janeiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>“Art. 97[...]</p> <p>§1º Salvo disposição expressa em sentido contrário, aplicam se ao reparcèlement as regras fixadas para o parcelamento geral definido no artigo 93, podendo o numero de parcelas ser aumentado em até 48 (quarenta e oito) meses, caso o contribuinte comprove que à época do parcelamento em atraso, não</p>	<p>Art. 1º Fica criado o artigo 93-A na Lei Complementar nº 015, de 05 de janeiro de 2009, que passa a vigorar com o seguinte acréscimo:</p> <p>“Art. 93-A As condições de parcelamento mencionadas no artigo anterior não se aplicam ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) que poderá ter parcelas mensais e sucessivas limitando-se ao máximo 60 (sessenta) meses.” (AC).</p> <p>Art. 2º O Artigo 97 da Lei Complementar nº 015, de 05 de janeiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>“Art. 97[...]</p> <p>§1º Salvo disposição expressa em sentido contrário, aplicam se ao reparcèlement as regras fixadas para o parcelamento geral definido no artigo 93, podendo o numero de parcelas ser aumentado em até 48 (quarenta e oito) meses, caso o contribuinte comprove que à época do parcelamento em atraso, não</p>

teve condições financeiras de cumprir o contrato. (NR)	teve condições financeiras de cumprir o contrato. (NR)
§2º. No caso de parcelamento de IPTU, as regras fixadas para o parcelamento ordinário, devem atender ao disposto no art. 93- A, sendo obrigatório o recolhimento da primeira parcela em valor correspondente a: (AC)	§2º. No caso de parcelamento de IPTU, as regras fixadas para o parcelamento ordinário, devem atender ao disposto no art. 93- A, sendo obrigatório o recolhimento da primeira parcela em valor correspondente a: (AC)
I - no mínimo 5% (cinco por cento) do valor total do débito para pessoas físicas. (AC)	I - no mínimo 5% (cinco por cento) do valor total do débito para pessoas físicas. (AC)
II - no mínimo 10% (dez por cento) do valor total do débito para pessoas jurídicas.”(AC)	II - no mínimo 10% (dez por cento) do valor total do débito para pessoas jurídicas.”(AC)
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Legislação e Redação de Lei e à Comissão de Finanças e Orçamento, de forma conjunta, averiguaram a necessidade de ser oferecida emenda das comissões que condicionem as proposições aos termos regimentais, legais e Constitucionais em vigência.

Como via a máxima legalidade, e considerando o parecer, à comissão com vias ao aproveitamento máximo, sugere a emenda com fim de afastar possíveis inconstitucionalidades.

Portanto, sugere-se a emenda redacional exposta para adequação do dispositivo proposto à Lei Complementar 95/98.

Sala das Comissões, 12 de Setembro de 2023.



Vereador **RICARDO LIBERATO**
Presidente da Comissão de Legislação e Redação de Leis

Vereador **ANDERSON CORREIA**
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e Membro da Comissão de Legislação e
Redação de Leis

Vereador **PROFESSOR JORGE QUINTINO**
Membro da Comissão de Finanças e Orçamentos

Vereador **CARLINHOS DA CEACA**
Membro da Comissão de Finanças e Orçamentos